
Augusto Nascimento 1

WP/CEAUP/#2023/1

A deriva da democracia e as trajetórias dos partidos em São Tomé e Príncipe*



¹ Centro de História da Universidade de Lisboa.

*Texto entregue para publicação em dezembro de 2022.

Índice

INTRODUÇÃO.....	3
Do regime de partido único à democracia multipartidária	5
Abertura do sistema partidário... e discricionariedade dos mandantes	9
Os partidos	12
Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe	13
Partido de Convergência Democrática - Grupo de Reflexão	16
Ação Democrática Independente	17
Movimento de Caué, ou Movimento de Cidadãos Independentes, também Partido Socialista	19
<i>Modus operandi</i> dos partidos, diferentes... mas iguais?	20
A bipolarização e o fim da alternância?	21
Notas finais	22
BIBLIOGRAFIA	25

INTRODUÇÃO

Não obstante os devaneios relativos à incompatibilidade de modelos políticos (ditos) ocidentais com a (alegada) singularidade da idiosincrasia africana, presumidamente ínsita no magma cultural islenho, tanto a democracia representativa como os partidos não são corpos estranhos nas ilhas. Todavia, tal não significa que os partidos tenham um papel consentâneo com a idealização mais comum, tacitamente partilhada pelos são-tomenses, acerca do que devem representar e fazer numa democracia representativa.

No tocante aos partidos, realce-se o escasso conhecimento deles² e de quem os chefia. Nem sempre se conhecem os programas de governação³ ou o número de militantes⁴. A este respeito, uma referência relativamente pertinente e fiável será a da série de votações nas sucessivas eleições⁵.

Até por força da contiguidade forçada em ilhas exíguas, entre os militantes existirá algum conhecimento mútuo. Ora, não se errará ao alvitrar que os militantes, quando se conhecem, não deixarão de acalentar dúvidas acerca da lealdade alheia⁶ ou de, em função de rivalidades, apodar correligionários de “ladrões”⁷. De outra perspetiva, num quadro de (calada, mas consabida) duplicidade, tais dichotes fazem parte da barganha de oportunidades e favores que, proporcionados a uns, serão negados aos demais correligionários.

² Note-se, a história dos partidos – se é que a história importa, porque nem para adornar o passado parece importar – compor-se-á mais de narrativas relativas a caladas quezílias pessoais do que a ações e linhas programáticas, que deveriam suscitar debates e um empenho militante.

³ Em ocasiões eleitorais expõem-se intenções mais ou menos irrealistas – desde o desenvolvimento do Dubai à construção de vultuosas infraestruturas – que poucos levarão a sério. A decisão do voto prende-se com outros fatores, alguns dos quais aqui aflorados.

⁴ Por vezes, citam-se números aquando de eleições internas (por exemplo, Téla Nón, [7792 militantes do MLSTP elegeram Aurélio Martins para Presidente – Téla Nón \(telanon.info\)](#), acesso: 8 de outubro de 2022). Todavia, não se arredem filiações de ocasião, nem eventuais indicações de cifras inverosímeis.

⁵ Embora não os caracterizem, os resultados eleitorais não deixam de indiretamente fornecer elementos sobre os partidos, além de, por vezes, lhes ditar a sorte. Após as recentes eleições legislativas, quatro partidos foram extintos por não terem logrado 0,5% dos votos, cf. Téla Nón, [Partido Novo e o MUDA acataram a extinção automática – Téla Nón \(telanon.info\)](#), acesso: 8 de outubro de 2022.

⁶ Já sucedeu ser confrontado com pessoas que exibiram o cartão de militante de um partido, do qual enfaticamente se demarcavam, abominando-o (*testemunho pessoal*, A. Nascimento). Não asseveraria que a duplicidade campeia, mas ela não é incomum.

Uma explicação para a duplicidade atém-se à circunstância de nos tempos do partido único não se lograr alguma ascensão social se não se fosse militante do MLSTP. Porém, e como hipótese, será mais profícuo ter presente que a duplicidade se tornou um estratagema facilitador da sobrevivência.

⁷ *Testemunho pessoal*, A. Nascimento.





Ainda no tocante à duplicidade nos partidos, para o observador externo, o sentido de certas atitudes e declarações só se alcança ao cabo de anos e, noutros casos, equacionando suposições à primeira vista ilógicas e implausíveis por comparação com o funcionamento de partidos noutras sociedades. Por exemplo, não é impossível militantes de um partido laborarem em prol de formações adversárias, um indicador da falência das noções de deveres e direitos da militância, condicionada que esta está a propósitos ligados à sobrevivência ou ao acúmulo de bens.

Muitos processos de formação de opinião e de decisão são casuísticos, contingentes – circunscritos às cúpulas ou dependentes de vontades pessoais –, facilitados pela inexistência de massa crítica e de correntes de opinião, por onde possa fluir qualquer espécie de diálogo nos partidos e entre os partidos e a sociedade.

Atendo-nos aos dois maiores partidos, no tocante à militância e ao consequente espaço de decisão pessoal, cumpre dizer que, outrora, aos militantes do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (doravante, MLSTP) não era dado cuidar das decisões na cúpula. Hoje, sem uma liderança forte, os militantes têm maior influência nas escolhas e nas decisões da cúpula, a começar pela respetiva escolha. Porém, o MLSTP está em perda. Já no partido Ação Democrática Independente (ADI), atualmente hegemónico, os aderentes não têm voto na matéria, acatando incondicionalmente a vontade do chefe. Se a lógica de recrutamento e de debate fosse mais transparente, poderíamos estar perante um partido de quadros. Porém, a seleção da *entourage* parece alheia ao percurso militante dos escolhidos. De resto, não se excluam fidelidades ao chefe à margem do partido.

Em congruência com a recorrentemente invocada premência de inflexão no rumo de uma sociedade aparentemente em perda e desregulada, apontar-se-á a necessidade de mudanças nos partidos⁸, até para estes terem uma ação profícua, se não para se lograr o desenvolvimento, pelo menos para a contenção do empobrecimento e de maiores fissuras sociais. Todavia, será mais plausível, para não dizer certa, a hipótese de que os partidos continuarão a replicar as práticas e os vícios conducentes à apartação no seu seio, assim como ao fosso entre partidos e a sociedade. Noutros termos, a recente história isleña

⁸ Deixaremos de lado os partidos criados fora do arquipélago entre 1975 e 1990, assim como não consideraremos os mais efémeros, entre eles, a Coligação Democrática da Oposição (CODO), que ainda teve um deputado, e a Aliança Popular, criada na base da quimérica afinidade com Portugal. Cite-se a Frente Democrática Cristã (FDC), associada a ex-mercenários do batalhão Búfalo, que, em 2009, apenas com umas palavras, pôs o país em tensão, mostrando quão frágeis e desacreditados eram os protagonismos institucionais, aliás, crescentemente irrelevantes desde a independência.





evidencia um ensarilhar de propósitos e de ações de tal forma adverso a uma mínima coesão que se torna difícil imaginar a superação dos escolhos apostos à pacificação política e social e ao desenvolvimento económico.

Neste texto, ensaia-se caracterizar a competição política livre e aberta em que se têm movido os partidos desde 1990 até à atualidade⁹. Também se assinalam fatores de desgaste da democracia, desde logo, a crescente entropia política e social, o desalento e o sentimento de perda de determinação dos futuros individuais e coletivo e, ainda, tentações de derivas autoritárias. Em rigor, avenge-se que, mais do que ao desgaste da democracia, se assiste à decantação da descrença no país, a qual vai contaminando toda a ação política. Por fim, frise-se uma cautela a ter na análise, a do necessário abandono da valorização das intenções pelos enunciados dos políticos, procedimento básico que tende a ser esquecido. Ademais, embora passível de explicação pela história recente, a mutação da sociedade, dos partidos e dos políticos é de tal monta que tecer uma análise à luz de um (pressuposto) significado comum aos léxicos analítico e político só conduzirá à perplexidade e à pouca proficiência¹⁰.

Do regime de partido único à democracia multipartidária

Em 1970, o arquipélago teria 73.631 habitantes¹¹, parte deles trabalhadores das roças e seus descendentes. Hoje, o arquipélago conta mais de duzentos mil habitantes. Após a independência, em 1975, implantou-se um regime de partido único, de orientação socialista, sob a batuta do MLSTP, a quem foi entregue o país (Nascimento 2019). Proclamou-se a independência “total e completa”, sem exploração do homem pelo homem e assente na igualdade entre as pessoas de qualquer origem e condição. Sob a

⁹ Em 2017, a população observada e estimada era de 197.700 pessoas (cf. [STPemNumeros 2017.pdf](#), acesso: 5 de dezembro de 2022). Estima-se que em 2022 existam 226.575 habitantes ([População de São Tomé e Príncipe 2022 \(countrymeters.info\)](#), acesso: 5 de dezembro de 2022). É enorme a percentagem de jovens, parte dos quais não foi recenseada nem pôde votar nas legislativas de 2022.

¹⁰ Por exemplo, como explicar o acordo para a entrega da gestão dos portos e da construção de um porto de águas profundas, anunciado dias após o governo subscritor ter sido derrotado nas eleições de setembro de 2022? Mais relevante do que os contornos do negócio – cuja bondade cumpre presumir, mesmo se não há por que o fazer – será a inexplicável desconsideração pelos concidadãos, tidos como “indígenas” (se quisermos adotar o léxico de Mbembe 2013: 15). O fim do colonialismo não erradicou a sobrançeria, que antes parecera um atributo exclusivo desse moralmente insanável regime de opressão e sujeição.

¹¹ *Anuário Estatístico...* 1973: 9.



democracia revolucionária, suprimiram-se as “liberdades burguesas”, como a de expressão e a de associação, e rasuraram-se os interesses particulares e as solidariedades horizontais. Os direitos políticos foram resumidos à participação em atividades ritualizadas de apoio ao chefe do MLSTP, arrogada vanguarda do povo, a quem se ditavam os seus verdadeiros interesses. Deste modo, o MLSTP sonegou a efetividade dos direitos proclamados (Nascimento 2011 e 2013b).

Esta independência “verdadeira” rejeitava o neocolonialismo e almejava o desenvolvimento. A falência da via socialista, precipitada pelas acrescidas dificuldades mundiais na década de 1980, ditou o impasse e a mudança de regime, que, salvo a amotinação popular de 1979, a pretexto do censo, e a manifestação de 1981 no Príncipe, não conhecera oposição evidente. Sem embargo, avultava o alheamento do grosso das pessoas exauridas a esgaravatar a sobrevivência e crescentemente desinteressadas de rituais políticos sem préstimo. Sem esperança numa mudança, os ilhéus não contestavam a situação, antes se limitavam a apartar-se da política. Ao mesmo tempo, se minimamente próximos de políticos, tentavam valer-se dos laços pessoais para mitigar dificuldades ou obter favores.

A governação revelou-se infinitamente mais complexa do que os independentistas expatriados, apenas munidos de um credo ideológico e do fascínio do poder, tinham suposto. Face às tarefas administrativas, erodiu-se a ascendência do partido sobre o Estado e a sociedade que, por esse tempo, empobrecia. Daí adveio a perda relativa de pequenos privilégios, incluindo, bens materiais, para os militantes¹². A possibilidade de suster esta perda diminuía à medida que emergia a noção de que o MLSTP errara no caminho político e económico, noção mais arraigada à medida que se deslaçava a capacidade de repressão das dissonâncias. A ideia de que o MLSTP, credor de fidelidade por ter conduzido o país à independência, podia aglutinar as díspares ambições de dirigentes e do “povo” era um equívoco.

¹² Para Lavroff, após as independências africanas, sobreveio o empobrecimento do partido em proveito das estruturas estatais, em razão do que o partido enfraquecia enquanto a administração estatal se fortificava, pelo que os novos quadros tentavam a carreira diretamente no Estado (1975: 135). No arquipélago, o manejo de dinheiro associado a projetos internacionais tornou-se atrativo. Implicamente, tal corroía a valia dos ditames ideológicos, já feridos pela pressentida duplicidade dos dirigentes.



A singularidade foi a mudança ter sido iniciada por Pinto da Costa, chefe do MLSTP e do regime de partido único¹³. O impasse em que o país caíra levou-o a encetar mudanças que, por fim, concorreriam para a adoção da democracia. Em 1990, a população acolheu entusiasticamente a democracia multipartidária, hipótese que lhe fora negada aquando da “luta” por uma “independência verdadeira” em 1975, celeremente transformada numa ditadura. Com a democracia multipartidária, consagraram-se os direitos individuais, a divisão de poderes e o primado da lei num Estado de direito.

As exaltantes eleições de 1991 trouxeram a derrota do MLSTP, surpreendente para políticos e observadores, mas não para quem tivesse sentido nas ruas o desprezo da maioria do tão celebrado “povo” pelos que, pelo indevido acúmulo de riqueza, eram tidos por causadores da desdita sucedânea à independência. Em todo o caso, o abraçar da democracia não resultou apenas das condições materiais¹⁴. Embora relacionáveis com a sobrevivência, aspirações a uma sociedade com maior liberdade para a decisão sobre a própria vida também pesaram no abraçar da democracia e na derrota do partido histórico da independência.

Ainda que assim não fosse dito, em parte por, ao tempo, a aceitação inquestionada da democracia arredar por negligenciável ou despropositada qualquer alusão ao veio idiossincrático, parecia ter-se chegado ao caminho que se deveria ter trilhado após a independência. Tanto quanto se tinha pretextado crer na via socialista, assim se quis crer na democracia. Uma vez mais, como em 1975, o futuro só podia ser ridente.

Não foi assim. Em princípio, associada a desenvolvimento e ao bem-estar, em tudo contrários ao empobrecimento desde a independência, a democracia revelou-se coetânea do aprofundamento das privações, da desarticulação económica, da visibilidade da crescente desigualdade. Até hoje, a maioria dos ilhéus pouco mais consegue do que desenrascar a vida.

¹³ Conquanto se considere que a imagem das ditaduras africanas em África como uniformemente fracas e não institucionalizadas é ilusória (Meng 2020: 231), autores são-tomenses consideraram o regime de partido único uma ditadura suave (Branco e Varela 1988). Sobre a evolução política no arquipélago, ver também Seibert 2002.

¹⁴ Mais do que a insatisfação com a ordem patrimonial, foi o declínio dos recursos disponíveis para o patronato que minou a legitimidade das elites políticas (Chabal e Daloz 1999: 37). Além disso, não se negue o papel do desespero gerado pela luta diária para sobreviver à míngua. Mas, num conglomerado de motivações de difícil destrição, o acolhimento da democracia e a derrota do partido da independência pode, justamente, ter tido a ver com as gravosas consequências da independência nas vidas pessoais.





No plano político, embora se possa considerar que a democracia não é resumível ao multipartidarismo, no arquipélago o grosso das pessoas não tem referências institucionais além do Estado e, logo, dos partidos¹⁵. Tal ocorre mesmo se, como esteio da organização social, o Estado parece mais idealizado – políticos e pessoas falam do Estado¹⁶, da sua má governação e da necessária reposição da respetiva autoridade, confundível com a do “chefe” – do que realmente efetivo na proteção dos indivíduos.

Já os partidos, sem matrizes ideológicas, longe de serem fóruns de criação de políticas, tornaram-se agências de transação de fidelidades e dependências¹⁷. Não raro, o seu cimento são as determinações do chefe, quando não dono. Sem embargo de alguns partidos, mormente os de expressão política irrelevante, se regerem por outras lógicas, outros são instrumentos dos donos, que neles empatam dinheiro¹⁸.

Contraditórias e erráticas, as trajetórias partidárias – tanto no plano das políticas adotadas, não raro casuisticamente, quanto no da condução dos próprios partidos – têm efeitos corrosivos na confiança política e na coesão social. Ora, parte do caráter errático e equivocado deriva da chefia dos partidos, da concentração da decisão e, ainda, da dependência em que, mais frequentemente do que se supõe, se encontram os militantes, mormente os das *entourages*. As condutas de chefes de partido, que não foram erráticas, pautaram-se pela opacidade. A condução de pulso forte é menos permeável à denúncia da incongruência. Seja como for, percebe-se a evolução de Pinto da Costa que passou da ditadura à democracia representativa¹⁹. No tocante a Patrice Trovoadá, chefe do ADI, a somar à ausência de referências ideológicas específicas, dir-se-á que os seus desígnios permanecem insondáveis. Conjeturas plausíveis podem ser desmentidas por decisões surpreendentes: por exemplo, se o pai, Miguel Trovoadá, vinculou o país a Taiwan, ele,

¹⁵ Se é verdade que, em extensas regiões de África, as sociedades se arranjaram sem relação com partidos políticos e até sem um Estado central (Gonzalez 2000: 141), no arquipélago isso é impossível, por o Estado e os partidos serem o canal de acesso a dinheiros e a bens cruciais chegados de fora. Porém, não é apenas por serem veículo de riqueza que o Estado e os partidos são referentes relevantes para os ilhéus.

¹⁶ No período colonial, o Estado foi construído como centro da política e, acrescente-se, da administração. Aceitando tal legado, após as independências, os dirigentes aceitaram as funções do Estado e, quando marxistas, adaptaram-nas na criação de um esquema autoritário para gerar o poder necessário para remodelar a política e a sociedade, cf. Falola 2004: 124.

¹⁷ Para Seibert, no arquipélago, as lealdades políticas são extensão das lealdades entre amigos ou familiares (1995: 249). A situação complexificou-se e, hoje, dir-se-á que os partidos são redes para que os familiares já não contam decisivamente e os amigos são de ocasião.

¹⁸ A espaços, as tensões e a pluralidade pautam o MLSTP. Mas, justamente, a perda de uma mão firme poderá ser uma das razões do declínio da sua representatividade social.

¹⁹ Embora, talvez se tivesse deixado tentar pela “democracia puramente africana”, cf. Téla Nón, [Obiang defende democracia puramente africana e dá conselho aos dirigentes de STP – Téla Nón \(telanon.info\)](https://telanon.info), acesso: 2 de abril de 2022.



sem aviso prévio nem discussão, realinhou o arquipélago com a República Popular da China. No tocante à coesão interna, escorada numa condução assertiva, numa chefia que demanda fidelidade sem limites²⁰, a ADI tem revelado maior eficácia.

Desde 1991, data da implantação da democracia representativa, tem-se desenrolado uma competição partidária relativamente aberta, pautada por eleições, no geral, livres e justas – mesmo se, a dado passo, pareceram feridas pela “compra do voto” ou das consciências²¹ –, isentas de conflitos disruptivos e conducentes a alternância no poder²².

Ao cabo de anos de sucessivas apostas em soluções personalistas e supostamente redentoras da degeneração política e social, foi-se decantando uma bipolarização entre o MLSTP e o hoje prevalecente ADI, bipolarização imbricada com a personalização dos partidos e do poder. Concomitantemente, foi-se aludindo à reposição da autoridade do Estado – na verdade, do mandante, alvitre ainda contido porque a discricionariedade ainda encontra resistência, mesmo se passiva – e foram-se ensaiando tentativas de governos de pulso forte, ou com oportunos laivos de matiz justicialista, supostamente ao encontro de demandas de punição dos políticos “corruptos”.

Abertura do sistema partidário... e discricionariedade dos mandantes

Derrotado nas primeiras eleições livres, em 1991, pelo Partido da Convergência Democrática - Grupo de Reflexão (PCD), o MLSTP recuperou o poder volvidos quatro anos. Assim se inaugurou a alternância no poder sem conflitos assinaláveis.

Paralelamente à normalização da alternância no poder, acentuaram-se a informalidade da política e a deliquescência das instituições, processos que remontam, se não antes, ao tempo do partido único²³, quando a rigidez ideológica cobria arranjos decisórios tomados

²⁰ Patrice Trovoada detém uma autoridade incontestada no ADI, de que, num certo sentido, é o dono. Não é possível senão especular acerca do cimento dessa autoridade, não raro, ostensiva. O ADI não é uma empresa, mas a relação poderá ser mais rígida do que uma relação laboral. Aliás, não se descarte a hipótese de abonos a militantes fiéis.

²¹ Acerca do “banho”, ver, por exemplo, Frynas, Wood e Oliveira 2003: 51-80.

Amiúde, sobre o “banho”, enunciam-se inferências lógicas, mas sem relevância analítica no tocante ao seu impacto.

²² Embora se possa considerar que em África, na década de 1990, se observou a tendência para a institucionalização de governos autoritários, em vez de se encetar uma efetiva liberalização política (Meng 2020: 229), cumprirá salientar que tal não sucedeu em São Tomé e Príncipe, onde a concretização de direitos e de liberdades se tornou quase plena.

²³ Num certo sentido, podemos até aventar que a informalidade remonta ao período colonial, onde, com maior ou menor observância da lei, se adotavam expedientes para atender a intentos de governação. A informalidade perpassa por regimes e situações políticas diversas, o que não equivale a dizer que ela tem sempre as mesmas características e consequências políticas.



em círculos restritos²⁴ ou por uma pessoa, sujeitando-se as instituições, incluindo as supostamente representativas, e as leis à discricionariedade do mandante.

No processo de informalização²⁵ da política, correlato da personalização do poder, radica a crescente irrelevância das instituições, apesar de estas serem procuradas como cenário apropriado (e até necessário enquanto justificação) do processo de informalização que as corrói²⁶. Noutros termos, a institucionalização do mando discricionário corrói as instituições, por as instrumentalizar, da mesma forma que, por as instrumentalizar, aparenta não ser nem ilícito nem discricionário.

Praticamente desde os primeiros anos de democracia, a representação política passou a incorporar uma dinâmica à qual os partidos acabaram subjugados, a saber, a da canalização da confiança político-social, não para os partidos, mas para chefes, avaliados por outros crivos que não por programas políticos ou pelo exercício do poder.

Concomitantemente à instabilidade institucional, cedo iniciada pelo presidente Miguel Trovoada²⁷, o regime democrático pautou-se pela abertura novos partidos, assim como pela rápida falência de vários deles. A criação de partidos teve menos a ver com a representação de segmentos sociais ou com a gestação de novas visões para o país do que com manejos de presidentes – Miguel Trovoada e, depois, Fradique de Menezes – ou, mais recentemente, com tentativas de franco-atiradores de ganho de posições no eventual rateio de réditos do Estado.

Dados, entre outros fatores, a instabilidade política, o incumprimento de promessas, as pulsões para soluções redentoras (Nascimento 2013) e as acometidas de putativos chefes

²⁴ Com efeito, não se excluem decisões unipessoais, ou de um pequeno grupo, de difícil prova, mas suscetíveis de serem inferidas do padrão de atuação partidário, independentemente da reivindicada colegialidade. Na verdade, e como sucede alhures, não se exclua que a suposta colegialidade conviva com uma miríade de fatores – entre eles, a pressão do consenso – operativos na modelação das consciências conforme à aventada vontade do chefe.

²⁵ As perspetivas sobre a debilidade do Estado são sugestivas (por exemplo, Chabal 1993). Contudo, nas ilhas, onde o seu peso simbólico será maior do que noutros contextos políticos e sociais africanos, é difícil aceitar que o Estado só sobrevive enquanto a sociedade o puder canibalizar. Nalguma medida, o Estado independe da sociedade, até por viver dos adiantamentos internacionais.

²⁶ Em São Tomé não é a sociedade – abstratamente considerada – que no seu conjunto e por igual medida canibaliza o Estado (e, certamente, haverá quem, através do Estado, sugue a sociedade). Quando canibalizado, o Estado é-o, sobretudo, pelos mandantes que não são desconhecidos para ninguém e, nesse sentido, mesmo se não nomeados, não se subsumem na sociedade. Com ou sem consequências, esta apoda-os de “ladrões”.

²⁷ No tocante à resiliência da democracia, Fleischhacker considerou que, tendo Miguel Trovoada demitido três governos em dois anos, o facto de as forças políticas terem continuado a ter o quadro constitucional como base da sua atividade podia ser um sinal de consolidação democrática (1999: 741). Cumpre notar que o o quadro constitucional pode sobreviver formalmente e, todavia, falhar a consolidação democrática, de que um indício poderá ser a ineficácia na proteção dos direitos das pessoas.



carreando presumidas fortunas, a abertura do regime para o aparecimento de novos partidos é maior do que em países comparáveis²⁸.

Vários partidos emergem de iniciativas de um homem só, por exemplo, ADI, MDFM, MCI e, ainda que menos evidente, provavelmente o Basta. Reféns de desígnios pessoais, tais partidos não representam novidade, quando muito renovam a esperança ou a oportunidade de ascensão económica e social para alguns.

Num cenário de crescente anomia social, as conduções políticas erráticas tendem a corroer a confiança política e a coesão social, por força do desfasamento entre, por um lado, o consenso em torno das fórmulas democráticas de representação e de decisão e, por outro, o constante desvio de finalidade das funções governativas. Neste contexto, o empobrecimento generalizado, prontamente atribuído à rapina de recursos pelos governantes, gera a pulsão por soluções de curto prazo e presumidamente salvíficas, bem como demandas de uma política reparadora, equivalente a uma desforra dos “políticos”, por regra considerados “ladrões”.

A procura de desforra imediata (eventualmente, através de soluções autoritárias), substituta da necessária mediação para gizar e implementar políticas de médio e longo prazo, tem sido acomodada pela abertura do sistema partidário, traduzida na corriqueira criação de partidos, por regra, por personalidades associadas a poder e riqueza. Para a sua aceitação, a suposta orientação política do “ungido” conta menos do que o alarde das (conjeturadas) força e riqueza (foi assim com Fradique, é assim com Patrice Trovada). Tal padrão de adesão prevalece, mesmo se o tempo já mostrou a falência de algumas iniciativas políticas pessoais baseadas nos referidos atributos, mormente, na suposta riqueza dos putativos redentores.

Os partidos abdicam da ideologia por a terem como uma inutilidade. Fogem para o terreno do palavreado moral, supostamente regenerador e capaz de escorar o incessante recomeço da mudança. Porém, todos os políticos vêm a ser denunciados, com fundamento ou sem ele, como perpetradores de atos imorais enquanto governantes. Pelo menos, assim são vistos pelo grosso da população, cujo termo de comparação é o governo anterior e as

²⁸ A abertura do sistema político, notória se comparada com a relativa fixidez do quadro em Cabo Verde (Sanches 2015), tem a ver, não com novos paradigmas, ideias, projetos, antes com tentativas de polarização do poder numa pessoa.





promessas aquando de eleições. Após as eleições, quase sempre eivadas de promessas irrealizáveis, os governantes tornam-se objeto de sarcasmo e de desprezo.

Os partidos

Os partidos são grupos, cujos militantes, em número incerto, não pagam quotas, antes procuram dinheiro ou favores, que trocam por promessas de fidelidade, não raro inobservadas nas eleições.

É notória a debilidade dos partidos, desprovidos de plataformas programáticas, bem como de valores ideológicos ou éticos, indutores de reflexão sobre as práticas e as alternativas políticas.

A denominação dos partidos – combinação e recombinação de palavras com ralo significado substantivo, menos ainda vinculativo – evidencia o vazio programático²⁹. A correspondência das designações com qualquer ideário, quando alegada, é vaga.

Sem ideário, em vez de programas pululam as promessas e a congruência não é um dado sequer procurado, menos ainda adquirido. Sem história, rasura-se o passado. Existe apenas presente, determinado pela ascendência no seio dos partidos e pela posição destes, ganhadora ou perdedora, na sociedade islenha.

Hoje, mais do que lemas ideológicos ou programáticos mobilizadores, o que efetivamente conta na afirmação dos partidos é a disponibilidade para custeio dos clientes e a capacidade de se lhes impor lealdade e obediência³⁰.

Por isso, nos partidos, as ideias são bem menos importantes do que a fidelidade ao chefe. Nalguns casos, essa fidelidade é tão duradoura que, por vezes, foi dissimulada. Nestas circunstâncias, tais fidelidades caladas não só inquinavam chefias intermédias no aparelho do Estado, como, quiçá, lideranças políticas de partidos, que pareceram estar ao serviço de formações adversárias³¹.

²⁹ Mesmo quando se aparenta ter uma plataforma de princípios de governação – veja-se o posfácio da encomiástica biografia de Patrice Trovoada – isso não vale nada.

³⁰ A existência de partidos políticos modernos deveria tornar o clientelismo desnecessário, mas este persiste (Gonzalez 2000: 133-134). Em São Tomé e Príncipe, ele tornou-se a substância dos partidos.

³¹ Obviamente, coloca-se a questão da prova, mas tal não invalida a hipótese: atente-se na rematada inaptidão de responsáveis partidários ou na recentíssima transferência de um ministro de um governo para o governo seguinte, no caso, do partido que era da oposição. Jorge Amado substituiu Óscar Sousa como ministro da Defesa no governo da Nova



É difícil não relacionar a formação e a adesão a partidos³² com a tentativa de obtenção de réditos³³. A filiação partidária, por vezes explicitamente negociada na rua pelo cidadão comum³⁴, tem lugar em função, não de princípios ideológicos, mas de interesses. A adesão ou a migração de partido para partido tem pouco com a ver com crenças ou convicções, antes com a procura da sobrevivência e, se possível, de segurança na vida.

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe

Em 1972, da reunião em Santa Isabel dos poucos nacionalistas exilados brotou a renomeação do CLSTP em MLSTP. Por um artifício retórico, o pequeno grupo tornou-se na “direção” do “movimento”. Em 1974, valendo-se das circunstâncias internacionais, o MLSTP forçou a diluição da Frente Popular Livre e, em 1975, com o apoio das autoridades portuguesas demissionárias, liquidou a Cívica, associação de jovens, que parecia prestes a fugir ao seu controlo. Arrogou-se o papel de vanguarda do povo e foi incumbido da governação do novel país.

Apesar da pretextada colegialidade nos seus órgãos, rapidamente o MLSTP mostrou ser um partido de um homem só. Sob lemas revolucionários, tornou-se instrumento de imposição de deveres ao dito povo desprovido da mínima margem de escolha ou decisão. Mais do que ser um partido de massas, o MLSTP pretendeu arregimentá-las e legitimar o seu poder tutelar na pretensa defesa dos interesses do povo. Apesar de dito um partido de massas e a despeito da propalada colegialidade, a decisão concentrava-se num homem, de quem muitos camaradas chegaram a ter receio.

Em meados da década de 1980, começou a transformação do MLSTP, que aspirara ser marxista-leninista, num partido que abraçaria tudo quanto antes criticara³⁵. O MLSTP foi cedendo às virtudes da iniciativa privada e adotou, tão reticente quanto convenientemente, as diretivas das instituições de Bretton Woods, mormente no tocante

Maioria e, há semanas, transitou para o novo governo, o que certamente não se deve à constância da política de defesa isleña.

³² Tal como a miríade de candidatos presidenciais nas eleições de 2021.

³³ Para uma visão dos partidos como patronos, ver Seibert 1999: 321.

³⁴ *Testemunho pessoal, A. Nascimento.*

³⁵ A propósito da rasura do passado, cabe perguntar como é que, tendo sido marxistas, marxistas-leninistas, revolucionários, etc., não se vislumbra o mínimo sinal desse passado...





à distribuição de terra, com que premiou dirigentes a pretexto da sua suposta capacidade empreendedora e de gestão.

À medida que alijava o verniz da ideologia marxista-leninista, o MLSTP transformava-se numa agremiação recrutadora de quadros para uma administração mais adequada às demandas internacionais³⁶. Os mais novos confrontavam-se com os mais velhos, também ditos ortodoxos, preocupados com a preservação dos cargos obtidos com a expansão do Estado após a independência. Embora com relutância, estes aceitaram a mudança política em 1989³⁷. Além da imperativa fidelidade ao chefe, a rarefação ideológica (por força da corrosão da visão do mundo subordinado à luta de classes ou à luta anticolonial) deu lugar a escolhas pelo dinheiro.

Antes das eleições de 1991, o MLSTP declarou-se social-democrata. Mas foi abandonado por Pinto da Costa que anteviu a mais que provável derrota eleitoral. Ainda assim, Pinto da Costa manteve algum ascendente no MLSTP, de difícil avaliação pela sua natureza informal.

Anos de poder incontestado geraram no MLSTP uma acomodação sobranceira relativamente a outras formações partidárias, até por ter recuperado o poder logo em 1994. Ora, por essa altura, surgiria a maior adversidade política para o MLSTP, a saber, a paulatina emergência de um opositor que, desde há décadas, se vem perfilando como imbatível. Com efeito, não são negligenciáveis os abalos causados no MLSTP pelos governos do seu arqui-inimigo, Patrice Trovoada, que, note-se, o MLSTP, baseado em premissas politicamente indigentes, se não noutros interesses, chegou a apoiar nas eleições presidenciais de 2006 contra a reeleição de Fradique de Menezes³⁸.

Ainda assim, importará explicar a aparente vitalidade do MLSTP, não no plano programático, mas no da disputa pela sua liderança. Talvez seja o único partido onde a competição é efetiva, mas menos por valores do que por lealdades, afeições e eventuais favores e ganhos. Não se afirmou nenhuma liderança forte e, consabidamente, ninguém parece capaz de ganhar a Patrice Trovoada.

³⁶ Para Couto, a decadência do MLSTP, uma Frente Revolucionária anti-colonialista e anti-imperialista, deveu-se ao facto de o MLSTP ter sido tomado de assalto pelos liberais. Tal coincidiu com a transferência de poder do MLSTP para o Estado ou para o governo, cf. 1997: 96 e ss.

³⁷ De uma outra perspectiva, convir-se-á que em 1989, as vocações revolucionárias do MLSTP tinham desaparecido (Couto 1997: 98). Porém, talvez cumpra indagar se alguma vez existiram.

³⁸ Entrementes, Fradique rompera com a ascendência dos Trovoada que o tinham guindado à presidência.



Nas eleições de 2018, o MLSTP encabeçou a luta contra a predominância de Patrice Trovoadá na legislatura então finda, pautada pela tensão, pela destruição das instituições, pela acrimónia político-social no quadriénio precedente. Ora, de 2018 a 2022, a governação da Nova Maioria, encabeçada pelo MLSTP, pautou-se pela inépcia. A governação enleou-se numa miríade de escolhos e percalços, entre eles, a tergiversação. Nas eleições de 2022, o MLSTP manteve algum eleitorado, decerto fidelizado pela história e pela aversão a Patrice Trovoadá. Mas perdeu fragorosamente as eleições e, conforme alvitre de um ex-militante, pode estar em declínio irreversível.

Noutros termos, desde que o seu afastamento do poder se tornou habitual, no MLSTP foram eleitos diferentes líderes. Numa ocasião, o MLSTP deixou-se seduzir pela aparente riqueza, entregando-se a um homem de negócios, Aurélio Martins³⁹, empresário supostamente bem-sucedido, de quem não se conhecia um percurso político consistente, um dado desdobrado na incapacidade de afirmar alternativas e de gizar políticas.

O porquê do persistente ódio ao MLSTP é intrigante. Para a “rua”, por razões nem sempre discerníveis, o MLSTP é culpado de tudo quanto sucedeu desde a independência. Aponta-se a permanência décadas a fio dos mesmos governantes, a quem se acusa, independentemente do fundamento, de enriquecimento ilícito. E, perguntar-se-á, até que ponto a crença nesta culpa não decorre da existência de um opositor e do desejo de adesão a esse opositor, um putativo vencedor, cuja alardeada riqueza (até por nem viver na terra...) não parece suscitar dúvidas com significativa expressão política e social.

Como se disse, hoje o MLSTP debate-se com uma desagregação e uma trajetória de perda para que não se vislumbra uma reversão a breve trecho. Desde há anos, creditam-se boas intenções à “mudança” quando aventada pela ADI, mas quaisquer motes, se propostos pelo MLSTP, só merecem o desdém da rua. À guisa de especulação e sem descartar o que a política tem de imprevisível⁴⁰, uma alternativa a Patrice Trovoadá pode estar para

³⁹ Após o triunfo de Fradique de Menezes, dito um homem de negócios, depois da ascensão de Patrice Trovoadá, supostamente por conta do dinheiro, o MLSTP rendeu-se ao dinheiro e elegeu uma personalidade dos negócios. Porém, para um observador externo e, decerto, para parte dos militantes, Aurélio Martins não reunia condições para a condução política do MLSTP.

⁴⁰ No imprevisível, cabem os dramáticos eventos de 25 de novembro de 2022, dias após a tomada de posse do governo liderado por Patrice Trovoadá. Oficialmente ocorreu uma tentativa de golpe de Estado. Sem embargo, deixe-se dito que, além desta versão, têm cabimento outras versões, até as tributárias de teorias da conspiração. Sem razão para as mortes, face aos silêncios e às incongruências de governantes, avulta a irracionalidade como fator preponderante na política, quiçá, um indício de pulsões totalitárias.



demorar e poderá não passar pelo MLSTP, que, assim, poderia caminhar para o precipício⁴¹.

Partido de Convergência Democrática - Grupo de Reflexão

Em 1991, o PCD-GR, criado aquando da transição para a democracia, uma vez chegado ao poder, teve de aplicar um programa de ajustamento estrutural, que já vinha sendo arrastada e penosamente adotado sob o regime de partido único. O PCD-GR pagou o preço de governar ao arrepio das promessas, as suas e as associadas à “mudança” e ao capitalismo, com que, julgavam muitos, se identificava a índole dos são-tomenses. Foi fatal ter de aplicar um programa que defraudava as esperanças postas no progresso económico e na democracia.

No tocante à ação política, o PCD-GR – que também agrupava a outrora juventude da extinta Cívica, cuja sabedoria, letrada, tinha pouco a ver com a política na terra – pagou por um erro de palmatória. Depois de indiciar o apoio a Guadalupe de Ceita, elementos do PCD-GR terão mudado de opinião para apoiar a candidatura presidencial de Miguel Trovoada⁴². Ora, para o governo do PCD-GR, a ação mais deletéria terá advindo de Miguel Trovoada, cujo partido em gestação, ADI, teria de crescer no mesmo espaço de antagonismo ao MLSTP.

Partido da “mudança”, o PCD-GR viu a palavra ser apropriada pelo ADI, criado durante o mandato presidencial de Miguel Trovoada. Evocada a propósito, ou sem ele, a “mudança” passou a ser património do ADI, para onde migraram elementos do PCD (Santo 2008: 228, nt 86) que, independentemente dos pretextos, se aninhavam junto da pessoa mais forte.

Esvaziado aos poucos, perdendo terreno para partidos presidencialistas – ao ADI sucedeu-se o MDFM-PL, do presidente Fradique de Menezes – o PCD veio a definhar.

⁴¹ [Jornal Transparência - Diário digital de São Tomé e Príncipe \(jornaltransparencia.st\)](http://jornaltransparencia.st), acesso: 26 de setembro de 2021.

⁴² Ceita 2012: 358 e ss., 370-371.

Embora não pareça o mais provável, dir-se-á que o erro adveio do intento de o neutralizar politicamente. Todavia, Miguel Trovoada aproveitou-se da ascendência do cargo de presidente para um ataque eivado de paternalismo e de sobrançeria ao governo de quem tinha apoiado a sua candidatura. Ao mesmo tempo, formava-se o “seu” partido, que sangraria os demais.



Depois de integrar o governo de 2018 a 2022, foi englobado num movimento de pretensões populistas, o Basta, organizado em torno de Delfim Neves, candidato derrotado nas eleições presidenciais de 2021. Ao arrepio da rutura supostamente subjacente ao nome, em 2022 o Basta apostou num renovado apelo à concórdia e à união dos são-tomenses. Em tempos de empolgação, não com a concórdia e a paz, mas com a rutura e a vindicta, o Basta teve um resultado decepcionante, elegendo apenas dois deputados nas eleições de 2022. O partido de quem a “rua” esperava uma vindicta simbólica era o ADI. No essencial, daí adveio a vitória de Patrice Trovoada.

Ação Democrática Independente

O tempo trouxe um sentido particular à denominação⁴³, acerca da qual de início se aventaria não significar muito mais do que a trivialidade da vocação democrática (diga-se, uma vocação de algum modo contraditada pela mais ou menos generalizada preponderância de relações de dependência pessoal em todos os partidos). Ora, embora originalmente o adjetivo “independente” do ADI pudesse aludir ao fosso para as práticas políticas dos demais partidos, hoje, esse termo revela-se apropriado para também assinalar a distância que, gerindo um populismo contido, o chefe mantém dos militantes – o ADI suspende-se da sua palavra⁴⁴ e não se expressam outras – e, cumpre notá-lo, do país que governa com uma nova maioria absoluta.

Similarmente a outros, o ADI é um partido de um homem só, a história do ADI resume-se à história (revelada) de Patrice. Nascido à sombra do mandato presidencial de Miguel Trovoada, o ADI tem como força motriz o seu filho⁴⁵, Patrice, que, se necessário, à distância comanda o partido, as instituições e a sociedade. Neste particular, o ADI distingue-se dos demais partidos não só pela rigidez hierárquica das relações, incluindo

⁴³ Veja-se a explicação de Patrice acerca do nome do ADI, segundo ele, a única intervenção do pai a respeito da formação do partido, cf. Santos 2014: 179.

⁴⁴ À semelhança do outrora sucedido no MLSTP, podemos supor no ADI a pronta anuência à vontade do “chefe” (expressão usada por figuras cimeiras do Estado que, paradoxalmente, o tinham e designavam por chefe, *testemunho em segunda mão*, A. Nascimento). Hoje, sem coloração ideológica nem catálogo de políticas, o chefe tem sempre razão, mesmo em decisões cruciais anunciadas de um dia para o outro, sem aviso prévio.

⁴⁵ Há anos, perguntado pela RTP-África sobre qual o legado do presidente Miguel Trovoada, respondi, de pronto, “o filho” (*testemunho pessoal*, A. Nascimento). Só não manteria tal opinião se tivesse de conceder que parte dos passos políticos do pai, Miguel Trovoada, já se terão devido a Patrice Trovoada, hipótese que não posso excluir.



com os mais próximos, como também pela sagesa na comunicação e mobilização dos apoiantes.

No ADI, de Patrice Trovoada, o círculo de decisão poderá ser assaz restrito. Poucos são os próximos e é de duvidar que Patrice Trovoada partilhe com todos os seus intentos políticos mais significativos⁴⁶. Para o observador externo e distante, a inconfessada fidelidade face ao chefe apenas é denunciada por gestos involuntários ou por palavras incautas. Escassas e apócrifas descrições do relacionamento – e, bem assim, a forma como foi politicamente neutralizada a patética oposição no partido enquanto estava ausente⁴⁷ – deixam entender o quanto a vontade do chefe será indiscutível.

No ADI, alardeia-se um sentido de disciplina incomum nos partidos e, note-se, na sociedade. Mais do que noutros partidos, em vez de barganha, observa-se um cerimonial quase religioso, a que se aduz uma exímia presença na internet, mormente na plataforma *facebook*. Embora de um homem só, ou de um dono, o ADI mobiliza as massas com imensa facilidade. Encontra nos jovens uma permanente reserva de aderentes para efeito de demonstrações públicas de força, a que recorre com sapiência⁴⁸. Com efeito, quando necessário, os laços virtuais desdobram-se em poderosas manifestações de rua, competentemente orquestradas quanto à mensagem a veicular tanto pela palavra, como pela ação. Germina em torno de Patrice Trovoada um populismo pautado pelo parco recurso a palavras incisivas – como “corruptos, rua!”, “ladrões, rua!” – e por uma ideia de governação em que se confundem mando, lealdade e eficácia, valores necessários à “vingança” justiceira que a rua demanda que se abata sobre os políticos corruptos, dos quais Patrice Trovoada aparenta demarcar-se sem contemplações.

Afora a menção ao “povo pequeno” e os ataques aos supostos corruptos, Patrice Trovoada não tem um discurso com medidas e metas atidas à vida das pessoas, ainda que aparente falar para as pessoas concretas. Ele não se mostra próximo da população, mas, parte dela prontamente atendeu às suas indicações para protestar, dessa forma, entronizando-o como seu chefe. O ADI logra um grau de controlo dos comportamentos dos militantes e de

⁴⁶ *Inferência baseada em testemunhos, A. Nascimento.*

⁴⁷ Por regra, quando não está no poder, Patrice Trovoada está fora. A seguir às eleições de 2018, pura e simplesmente abandonou o cargo de primeiro-ministro e o país.

⁴⁸ Em 2010, a quem circulasse nas ruas era por demais evidente o apoio dos jovens, que o ajudaria a ganhar as primeiras eleições (Nascimento 2010). Em 2021, após a primeira volta das presidenciais e, em 2022, aquando do seu regresso para a campanha eleitoral, foi notável a mobilização na rua.





apoiantes de ocasião que outros partidos porventura invejam. Patrice Trovoada vem demonstrando uma sagaz intuição das fraquezas humanas, mormente dos que o rodeiam, e de manipulação das “massas”, feitas um protagonista em seu benefício.

Não espanta no regime de partido único, Pinto da Costa dispusesse de uma larga ascendência e autoridade no seu partido. O medo ajudava, e muito, à adesão e ao acatamento do seu mando. O dado notável no caso de Patrice Trovoada é que este tenha feito crescer a sua autoridade ao longo de quase duas décadas, sendo apenas objeto de contestação aquando do inqualificável abandono do país após a derrota em 2018⁴⁹. Mas não foi difícil ao chefe reverter essa dissonância sem sentido. Sem ele, o ADI já não existiria ou seria irrelevante.

Movimento de Caué, ou Movimento de Cidadãos Independentes, também Partido Socialista

O Movimento de Caué, dito partido dos irmãos Monteiro, outrora ligados ao MLSTP, veio a denominar-se Movimento de Cidadãos Independentes, a que, posteriormente, juntou a designação de Partido Socialista⁵⁰. O surgimento deste partido pareceu assaz conveniente para Patrice Trovoada. De início, era um partido da região do sul de São Tomé, onde poderia, como sucedeu, roubar mandatos ao MLSTP e, assim, facilitar uma maioria à ADI. Em 2018, uma maioria absoluta da ADI e do MCI falhou por pouco.

O dado interessante, há anos improvável e eventualmente efémero, é a transformação, com relativo êxito, num partido com uma mensagem classista ou grupal⁵¹. O MCI-PS abandonou o foco local, apelando à generalidade dos antigos serviçais e seus descendentes⁵². Neste caso, a lógica de grupo, eventualmente instrumentalizável pela

⁴⁹ Obviamente acarinhada pelo governo da Nova Maioria, a eleição em maio de 2019 da nova direção do ADI, presidida por Agostinho Fernandes, foi tumultuosa. Em julho de 2020, o novo ADI desvaneceu-se. Agostinho Fernandes e a sua direção falavam de indefinição da liderança no ADI e da consequente fragilização da afirmação do ADI na sociedade. Ora, em 2021, ainda que ausente, Patrice Trovoada faria eleger mais um presidente da sua conveniência política.

⁵⁰ Na última campanha, apelando à solidariedade entre os filhos da roças, prometeram erradicar a pobreza ([Coligação Movimento de Caué promete erradicar pobreza em São \(panapress.com\)](https://panapress.com), acesso: 23 de outubro de 2022). Salvaguardada a alusão implícita à necessidade de justiça social para os “filhos da roça”, talvez seja difícil encontrar um programa que consubstancie uma orientação socialista.

⁵¹ Há anos, os dirigentes de todos os partidos, que não refletiam diferenças económicas e sociais nem divisões socioculturais, eram naturais (Seibert 1995: 249). Desde há anos esta caracterização deixou de servir, porquanto o MCI veio focar-se nas clivagens étnicas e culturais.

⁵² Nas eleições de setembro de 2022, o apelo ao voto dos “filhos das roças” valeu-lhe cinco mandatos de deputados. Com menos votos, obteve mais mandatos do que o Basta, que logrou dois deputados.



ADI, foi superada pela difusão de uma mensagem dirigida a um eleitorado, que, ao cabo de décadas, é aliciado pela alusão à exploração e a uma espécie de necessária reparação devida aos “filhos da roça”⁵³. Trata-se de um grupo social com peso demográfico, conquanto dificilmente transmutável numa maioria política. Ver-se-á se o MCI virá a ser mais do que uma formação partidária efémera.

Modus operandi dos partidos, diferentes... mas iguais?

Mais do que de princípios e de visões políticas, os partidos parecem depender de práticas que, embora podendo configurar desvios de finalidade, suscitam aceitação e, até, adesões. Qual subproduto decantado num caldo cultural de dependências, o comércio de favores tornou-se uma via de arregimentação partidária. Mais, tornou-se num esteio do fabrico da política, a que parece inexistir alternativa. Ora, tal torna similares quase todos os partidos, salvo o ADI, ao qual se associa uma ideia de ordem, de eficácia, nisso se distinguindo Patrice dos chefes dos outros partidos. Não será que o que se aprecia nele é, justamente, a capacidade de se impor aos políticos da terra?

Assente a costumeira ligação da arregimentação partidária ao trato de favores, o crivo de distinção é o (intuído) desempenho do chefe. Assim, quando o trato de favores não determina a adesão e a representatividade, sempre contingente, pode dar-se o caso de os partidos se afirmarem ou, ao invés, definharem, menos por mérito das suas propostas do que pela identificação da maioria da população com o putativo vencedor de cada momento. Isso explicaria a irrelevância do MDFM-PL⁵⁴, que se arrasta penosamente após o fim do mandato presidencial do impulsionador, Fradique de Menezes. Por algum tempo, o MDFM-PL foi um partido de um homem. Só teve alguma importância enquanto Fradique de Menezes foi presidente.

Os partidos, que tendem a ser partidos de um homem grande, prescindiram de arremedos de cosmovisões ou de crenças ideológicas em prol da escolha tácita de se constituírem séquitos de um homem capaz de se impor à sociedade. Tal significa que a lealdade ao

⁵³ Cf. [António e Nino Monteiro estão a despertar os “filhos da Roça” para a conquista do poder político – Téla Nón \(telanon.info\)](#), acesso: 23 de outubro de 2022.

⁵⁴ Do nome do patrono retirou iniciais para o seu nome – força da mudança –, a que acrescentou Partido Liberal.





dono do partido – não em razão do carisma ou de ideias, mas do trato de favores e vantagens ou de dinheiro em mão – prevalece sobre todas as outras afinidades ou solidariedades.

A bipolarização e o fim da alternância?

Após 1990, o regime partidário revelou abertura, sendo muitas e constantes as iniciativas políticas, quer de âmbito partidário, quer do foro individual (atente-se nos 19 candidatos à presidência da República em 2021 e nos 11 partidos concorrentes às legislativas de 2022). Esta abertura à iniciativa política – na maioria dos casos, inconsequente – traduzia uma espécie de grau zero da política, em que as palavras de pouco valiam. Aliás, a incessante criação de novos partidos possibilitou a muitos indivíduos irem mudando de partido de acordo com as suas conveniências.

Seja como for, a abertura do sistema à criação de novos partidos, pode estar a mudar. Numa conjuntura de sobreposição da procura de soluções redentoras com a afirmação de derivas personalistas ou autoritárias – que se assenhoram das instituições, mormente dos partidos –, o sistema partidário pode estar em vias de cristalizar, mormente se Patrice Trovoada consolidar a hegemonia em detrimento das demais formações partidárias, incluindo o MLSTP.

Durante três décadas decantou-se uma bipolarização⁵⁵, cujo desfecho se traduzirá na persistência ou no fim da alternância no poder (Nascimento 2022). Nalguma medida, isso também dependerá do quão musculada e/ou assertiva for a governação, dos erros cometidos e do contexto internacional.

Não era difícil antever a vitória de Patrice Trovoada, nas eleições de setembro de 2022: até hoje, a cada derrota, seguiu-se o êxodo e novo regresso para nova e mais ampla vitória. Depois de, em 2018, falhar por pouco a maioria absoluta, o estendal de inépcia do governo da Nova Maioria abriu as portas à vitória de Patrice Trovoada, mais do que anunciada pelo triunfo de mais um seu candidato presidencial em 2021.

⁵⁵ Porventura fiado na sua proeminência, o MLSTP não antecipou esta deriva de bipolarização. Entreteve-se com a aversão a Fradique, contra cuja reeleição em 2006 se coligou com Patrice Trovoada. Ninguém do MLSTP se dispunha a perder para um presidente reputado de burguês que se candidatava à reeleição. Ora, Patrice Trovoada dispôs-se a perder e a amealhar futuros dividendos.





Passado o tempo da rejeição do país do “pai e filho” e uma vez sedimentada a hegemonia de Patrice Trovoada⁵⁶, dada a aceitação do “pulso forte” e de derivas personalistas, o sistema partidário poderá vir a fechar, com consequências como, por exemplo, as restrições de liberdades, uma inferência possível com base no sucedido em 2014-2018 e nos nebulosos acontecimentos de 25 de novembro praticamente após a tomada de posse. Estes eventos de 25 de novembro abriram um campo de interrogações quanto ao futuro do país que, sem eles, se diria que conheceria um processo de concentração do poder nas mãos de Patrice Trovoada.

Notas finais

Uma primeira nota respeita à difícil caracterização dos partidos, das suas orientações, moventes e esquivas, em muito determinadas pelas intenções e ações dos responsáveis, as quais se tornaram circunstanciais, erráticas e opacas.

As vontades e as dependências pessoais, por vezes subterrâneas, tornam especialmente difícil uma caracterização dos partidos e da sua ação. Não se distinguem pelos seus projetos, nem pela ideologia, porquanto os arremedos de ideologia de cada um e de todos são ralos e vagos. Prolongando o vazio cultural legado pelo colonialismo e pelo regime de partido único, a valia de máximas ideológicas esvaneceu-se e foi substituída pelo foco nas figuras dos mandantes.

Não só os partidos tendem a ser organizações de um homem só, como o grau de institucionalização de crenças, programas e procedimentos é reduzido, quando não praticamente nulo. Por isso, quando cessa o poder ou o dinheiro do chefe, chegam a entropia e a quase dissolução.

O caso do MLSTP poderia contrariar esta interpretação, não fora o partido ter sido apropriado por fins menos claros. Seja como for, apesar de sobreviver, tem pouco a ver com o que historicamente quis ser (e ainda pretende querer representar). Se, de uma perspetiva, se deve atentar na resiliência do MLSTP, de outra, cumpre assinalar a sua perda contínua e, concomitantemente, a trajetória de crescimento do ADI.

⁵⁶ Independentemente de juízos acerca da ligação à terra, não é de notar que nunca viva nas ilhas quando não ocupa um cargo de poder, para além de viajar constantemente quando em funções?





Desde os anos 90, o ambiente democrático não tem sido meramente formal. E nem se poderá diminuir a densidade democrática pela circunstância de parte da população viver abaixo do limiar da pobreza e, presumir-se-ia, alienada e alheada da política. Tem existido alternância, mesmo em anos de ambiente mais musculado. Logo, não é de somenos a possibilidade de uma votação livre.

Porventura, os problemas serão outros: há partidos com chefes, ou donos, mas não existem elites – isto é, um grupo de indivíduos pertinazmente apostado num diferenciado papel de mediação política e cultural –, nem uma sociedade civil independente do Estado ou do exterior. Em vez de desempenhos de elite, assiste-se a uma miríade de dependências. Daí, a dificuldade de promover mudanças ou exercícios do poder isentos do desvio de finalidade. Note-se, assinalar esta circunstância depauperadora da política não equivale a dizer que se a elite e a sociedade civil fossem mais pujantes, não remanesceriam possibilidade de derivas autocráticas, aliás, já insinuadas no arquipélago. Dada a competição política aberta, que, no arquipélago, tem dado origem a alternância no poder, na falta de entendimentos a longo prazo no tocante à distribuição dos recursos, os vários atores e partidos tornam-se excludentes e irredutíveis no tocante à partilha de recursos. Para quem chega ao poder, a oportunidade é como se fosse única e o roubo e a corrupção tornam-se o lema do corrosivo discurso da rua acerca da política em que ninguém é poupado.

O resultado é procura de soluções redentoras ou de pulso forte. Por isso, e por efeito de uma bipolarização em que vão avultando a crispação e o rancor – a que se somaram as mortes de 25 de novembro na sequência do pretextado golpe de Estado –, em São Tomé e Príncipe, sob a capa da democracia e a partir de eleições competitivas e abertas, pode institucionalizar-se uma autocracia. Se assim for, mesmo com a preservação dos formalismos da democracia, o restauracionismo autoritário decerto acentuará o atrofamento dos partidos e a fragilização das instituições.

Sob o regime de partido único, as instituições foram sendo esvaziadas e instrumentalizadas, tornando-se meras fachadas, enquanto a governação se tornava muito dependente do chefe. No regime democrático, Patrice Trovoada teve a possibilidade de consolidar a sua autoridade através de procedimentos institucionais, porque, por mais de uma vez, dispôs de condições únicas de hegemonia. Porém, a crispação criada em 2016-





2018 e, em particular, as eventuais sequelas dos eventos de novembro de 2022 podem ter prejudicado esta possibilidade.

Por múltiplos fatores, dos quais aqui se salienta a deliquescência das instituições (partidos, incluídos), não será um erro crasso sustentar que, num horizonte temporal concebível, o país dificilmente forjará uma solução baseada num sentido de decência e na lei⁵⁷. Ou, para citar os são-tomenses, baseada nos “nossos valores”. Ora, ainda que disso não se dê nota, os “nossos valores” eram os herdados da urbanidade e do civismo – mesmo se alienados – do tempo colonial, obviamente, usurados pelo tempo, mas, sobretudo, ultrajados pela voragem do enriquecimento à custa e com exclusão de todos os demais.

⁵⁷ A este respeito, ver Nascimento 2018a, 2018b e 2021.

BIBLIOGRAFIA

- Anuário Estatístico 1973*, 1973, S. Tomé, Instituto Nacional de Estatística. Delegação de S. Tomé e Príncipe
- Branco, Rafael e Varela, Afonso, 1998, *Os caminhos da democracia*, Amadora
- Ceita, João Guadalupe Viegas de, 2012, *O Memórias e sonhos perdidos de um combatente pela libertação e progresso de São Tomé e Príncipe*, s. l., s. ed.
- Chabal, Patrick, 1993, "O Estado pós-colonial na África de expressão portuguesa" in *Soronda. Revista de Estudos Guineenses* nº15, Bissau, INEP, pp.37-55
- Chabal, Patrick e Daloz, Jean-Pascal, 1999, *Africa works. Disorder as political instrument*, Oxford, James Currey
- Couto, Amaro Pereira do, 1997, *O processo democrático*, tomo 1, São Tomé, Coleções Ponta d'Acha
- Gonzalez, David, 2000, "Who leads to where? African leadership into 21st Century" in Othamn, Haroub (ed.), *Reflections on leadership in Africa forty years after independence*, Dar-es-Salam, VUB University Press, pp.131-158
- Falola, Toyin, 2004, [1ª ed. 2001] *Nationalism and african intellectuals*, University of Rochester Press, Rochester
- Fleischhacker, Helga, 1999, "São Tomé and Príncipe" in Nolhen, Dieter, Krennerich, Michael e Thibaut, Bernhard, *Elections in África. A data handbook*, Oxford, Oxford University Press, pp.739-754
- Frynas, Jędrzej George, Wood, Geoffrey e Oliveira, Ricardo M. S. Soares de, 2003, "Business and politics in São Tomé e Príncipe: from cocoa monoculture to petro-state" in *African Affairs* 102, Royal African Society, pp.51-80
- Lavroff, Dmitri, 1975, *Os partidos políticos da África Negra*, Amadora, Bertrand
- Mbembe, Achille, 2013, *África insubmissa. Cristianismo, poder e estado na sociedade pós-colonial*, Mangualde, Edições Pedago
- Meng, Anne, 2020, *Constraining dictatorship. From personalized rule to institutionalized regimes*, Cambridge University Press
- Nascimento, Augusto, 2010, "São Tomé e Príncipe na idade adulta: a governação e o descaso da rua" in *Tempo do Mundo*, vol. 2, nº3, IPEA, Brasília, pp.45-73, in http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/111024_rtm_portugues03.pdf, acesso: 27 de Janeiro de 2014
- _____, 2011, "São Tomé e Príncipe: a independência ou o parto do autoritarismo" in Rollemberg, Denise e Quadrat, Samantha Viz (orgs.), *A construção social dos regimes*



autoritários. *Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. África e Ásia*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp.157-205

_____, 2013a, “As pulsões na política em São Tomé e Príncipe” in *Africana Studia* nº20, Porto, CEAUP, pp.135-152

_____, 2013b, “Os dividendos do autoritarismo colonial: o impacto e a manipulação do legado colonial na configuração do pós-independência em São Tomé e Príncipe” in Pimentel, Irene e Rezola, Maria Inácia (orgs.), 2013, *Democracia, ditadura. Memória e justiça política*, Lisboa, Tinta-da-China, pp.259-282

_____, 2018a, “São Tomé e Príncipe: recordar os mortos e... que dizer dos vivos?” <http://blog.cei.iscte-iul.pt/sao-tome-e-principe-recordar-os-mortos-e-que-dizer-dos-vivos/>, acesso: 26 de janeiro de 2018

_____, 2018b, “A abrasiva situação política em São Tomé e Príncipe: por quem os sinos doam?” in <http://blog.cei.iscte-iul.pt/a-abrasiva-situacao-politica-em-sao-tome-e-principe-por-quem-os-sinos-dobram/>, acesso: 11 de maio de 2018

_____, 2019, *São Tomé e Príncipe. As tramas da política e a emancipação do saber histórico*, São Tomé, BISTP

_____, 2021, “Eleições presidenciais em São Tomé e Príncipe: especulações e coloquialidade à medida” in [Eleições presidenciais em São Tomé e Príncipe: especulações e coloquialidade à medida \(africanos.eu\)](http://eleicoes.presidenciais.sao-tome-e-principe.eu/), publicado em 23 de julho de 2021 acesso: 23 de julho de 2021

_____, 2022, “Eleições em São Tomé e Príncipe em 2022: o povo tira, o povo põe... até quando?” in *Luz do Pensamento* nº31, 13 de outubro de 2022, pp.2-3

Sanches, Edalina Rodrigues, 2015, “O desenvolvimento dos sistemas partidários de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe em perspetiva comparada (1991-2014)”, *Anuário de direito de São Tomé e Príncipe, Instituto do Direito de Língua Portuguesa*, pp.121-145, in http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/25347/3/ICS_ERSanches_Desenvolvimento_ARN.pdf, acesso: 22 de junho de 2019

Santo, Armindo Ceita Espírito, 2008, *Economia de S. Tomé e Príncipe entre o regime do partido único e o multipartidarismo*, Lisboa, Edições Colibri

Santos, Carlos Oliveira, 2014, *Patrice Trovoada. Uma voz africana*, Lisboa, Âncora Editora

Seibert, Gerhard, 1995, “A política num micro-estado. São Tomé e Príncipe, ou os conflitos pessoais e políticos na génese dos partidos políticos” in *Lusotopie*, Paris, Karthala, pp.239-250

_____, 2002, *Camaradas, clientes e compadres. Colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Vega

